

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 21/10/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	64
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	683.598.688
Preferenciais	0
Total	683.598.688
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.289.871	3.322.700
1.01	Ativo Circulante	97.017	1.296.387
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.028	95.765
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.200.602
1.01.03	Contas a Receber	70.119	0
1.01.04	Estoques	9.688	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.463	20
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.719	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.192.854	2.026.313
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.347	698
1.02.01.04	Contas a Receber	16	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	31.643	698
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.643	698
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.688	0
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.124	0
1.02.01.10.04	Outros Ativos	564	0
1.02.03	Imobilizado	76.855	4.032
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	60.688	4.032
1.02.03.01.01	Ativos de contrato	60.688	4.032
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.633	0
1.02.03.02.01	Ativo de direito de uso	10.633	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.534	0
1.02.03.03.01	Imobilizado	5.534	0
1.02.04	Intangível	2.082.652	2.021.583
1.02.04.01	Intangíveis	2.082.652	2.021.583

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.289.871	3.322.700
2.01	Passivo Circulante	73.386	1.397.853
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.131	0
2.01.02	Fornecedores	39.269	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.184	75
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.184	75
2.01.03.03.01	Tributos a pagar	1.184	75
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.566	2.724
2.01.04.02	Debêntures	17.590	2.724
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.976	0
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	3.976	0
2.01.05	Outras Obrigações	4.236	1.395.054
2.01.05.02	Outros	4.236	1.395.054
2.01.05.02.06	Obrigações com o poder concedente	159	1.395.054
2.01.05.02.07	Outros passivos	4.077	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.800.429	1.776.200
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.788.822	1.776.200
2.02.01.02	Debêntures	1.781.134	1.776.200
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	7.688	0
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	7.688	0
2.02.02	Outras Obrigações	11.607	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.078	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	11.078	0
2.02.02.02	Outros	529	0
2.02.02.02.03	Benefícios a empregados	529	0
2.03	Patrimônio Líquido	416.056	148.647
2.03.01	Capital Social Realizado	478.501	150.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-62.290	-1.354
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-155	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 21/10/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	317.873	4.032
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-301.626	-3.951
3.03	Resultado Bruto	16.247	81
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.181	-136
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.117	-136
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-64	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-26.934	-55
3.06	Resultado Financeiro	-64.868	-1.997
3.06.01	Receitas Financeiras	20.826	1.541
3.06.02	Despesas Financeiras	-85.694	-3.538
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-91.802	-2.052
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	30.866	698
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-60.936	-1.354
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-60.936	-1.354
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,18	-0,01
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,18	-0,01

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 21/10/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-60.936	-1.354
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-155	0
4.02.01	Obrigações com benefícios pós emprego	-235	0
4.02.02	Efeitos fiscais	80	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-61.091	-1.354

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 21/10/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-62.329	705
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-28.663	650
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-91.802	-2.052
6.01.01.02	Depreciação e amortização	29.226	0
6.01.01.03	Amortização ativo de direito de uso	2.421	0
6.01.01.04	Valor residual do ativo de direito de uso baixados	-4	0
6.01.01.05	Margem de construção	-2.936	-81
6.01.01.06	Rendimento de aplicação financeira	-15.492	-602
6.01.01.07	Benefícios a empregados	294	0
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	1.013	0
6.01.01.09	Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	48.617	3.385
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.666	55
6.01.02.01	Contas a receber	-70.135	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-6.567	-20
6.01.02.03	Estoques	-9.688	0
6.01.02.04	Outros ativos	-2.283	0
6.01.02.05	Fornecedores	31.609	0
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	7.131	0
6.01.02.07	Tributos a pagar	1.109	75
6.01.02.08	Partes relacionadas	11.078	0
6.01.02.09	Outros passivos	4.080	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-237.318	-1.830.480
6.02.01	Fundos restritos	1.216.094	-1.200.000
6.02.02	Adições ao imobilizado	-4.000	0
6.02.03	Adições ao ativos de contrato e intangível	-1.449.412	-630.480
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	213.910	1.925.540
6.03.01	Amortização de passivo de arrendamento	-2.400	0
6.03.02	Ingressos de debêntures	0	1.800.000
6.03.03	Custo de transação sobre ingressos de debêntures	-4.500	-24.461
6.03.04	Juros pagos de debêntures	-107.690	0
6.03.05	Aumento de capital social	328.500	150.001
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-85.737	95.765
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.765	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.028	95.765

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.001	0	0	-1.354	0	148.647
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.001	0	0	-1.354	0	148.647
5.04	Transações de Capital com os Sócios	328.500	0	0	0	0	328.500
5.04.01	Aumentos de Capital	328.500	0	0	0	0	328.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-60.936	-155	-61.091
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-60.936	0	-60.936
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-155	-155
5.05.02.06	Obrigações com benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-155	-155
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	478.501	0	0	-62.290	-155	416.056

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 21/10/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	150.000	0	0	0	0	150.000
5.04.01	Aumentos de Capital	150.000	0	0	0	0	150.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.354	0	-1.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.354	0	-1.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	150.001	0	0	-1.354	0	148.647

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 21/10/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	335.244	4.032
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	341.063	4.032
7.01.02	Outras Receitas	-5.819	0
7.01.02.01	Outras receitas (despesas)	-64	0
7.01.02.02	(-) Abatimentos e cancelamentos	-5.755	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-258.872	-4.087
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-143.882	-3.951
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-114.990	-136
7.03	Valor Adicionado Bruto	76.372	-55
7.04	Retenções	-31.648	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.648	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	44.724	-55
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.251	1.541
7.06.02	Receitas Financeiras	20.826	1.541
7.06.03	Outros	-19.575	0
7.06.03.01	Repasse de despesa	-19.575	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.975	1.486
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.975	1.486
7.08.01	Pessoal	28.539	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.503	0
7.08.01.02	Benefícios	4.854	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.182	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-9.532	-698
7.08.02.01	Federais	-9.566	-698
7.08.02.02	Estaduais	9	0
7.08.02.03	Municipais	25	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.904	3.538
7.08.03.02	Aluguéis	2.210	0
7.08.03.03	Outras	85.694	3.538
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	85.694	3.538
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-60.936	-1.354
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-60.936	-1.354

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ 2021****Mensagem da Administração**

A BRK Ambiental Região Metropolitana de Maceió (“BRK RMM”) iniciou suas operações em 1º de julho e 1º de setembro de 2021, após um período de operação assistida, para prestação dos serviços de água, esgoto e gestão comercial de Maceió e 12 municípios vizinhos, trazendo perspectiva de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

A BRK RMM tem obrigação contratual de universalizar os serviços de água (100%) até 2027 e o esgotamento sanitário até 2037 (90%) e redução do índice de perdas, dos atuais 59% para, no máximo, 25% até 2041. A Companhia utilizou os recursos captados através da emissão de uma debênture no mercado de capitais local, bem como de recursos próprios, para realizar o pagamento da outorga ofertada.

Para que todas essas metas sejam cumpridas, nos primeiros 6 meses de operação, houve a mobilização da 1ª linha de liderança com profissionais internos da BRK Ambiental Participações S.A (“BRK Ambiental”) e a contratação de cerca de 1.200 profissionais, entre próprios e terceiros, promovendo, entre outros benefícios, o aquecimento da economia local com a geração de empregos e renda.

Em 2021, a Companhia realizou R\$ 67 milhões de investimentos, concentrados em: (i) adequação e recuperação das infraestruturas de captação de água e tratamento de esgoto; (ii) estruturação de prédios, máquinas, veículos e equipamentos operacionais; (iii) estudos e projetos para o plano de investimentos; (iv) redução de perdas de água; e (v) implantação de um laboratório para análise da qualidade da água a ser distribuída à população.

Ao final de 2021, a BRK RMM prestava serviços de tratamento e distribuição de água a 985 mil de habitantes, dos quais 231 mil eram atendidos também com serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Além das melhorias operacionais, o atendimento ao cliente é um dos avanços mais evidentes na BRK RMM. O atendimento agora é de 24 x 7, através do 0800 e canais digitais, e conta com lojas de atendimento em todas as cidades, com equipes especializadas e preparadas para atendimento de pessoas com deficiência, contando com atendentes treinados em Libras em todas as lojas.

O respeito à diversidade e à inclusão é um dos valores da Companhia, com destaque para o Projeto Reinventar, que capacita mulheres em situação de refúgio ou vulnerabilidade para que tenham uma profissão. Um grupo de venezuelanas que foram treinadas pelo programa já estão trabalhando nas operações.

Os avanços promovidos pela BRK RMM nos primeiros meses de operação consolidam uma base que será fundamental para a universalização dos serviços de água e esgoto na região, seguindo nosso propósito de transformar a vida das pessoas, levando o saneamento para muito além do básico.

Fernando Mangabeira**Diretor Presidente**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

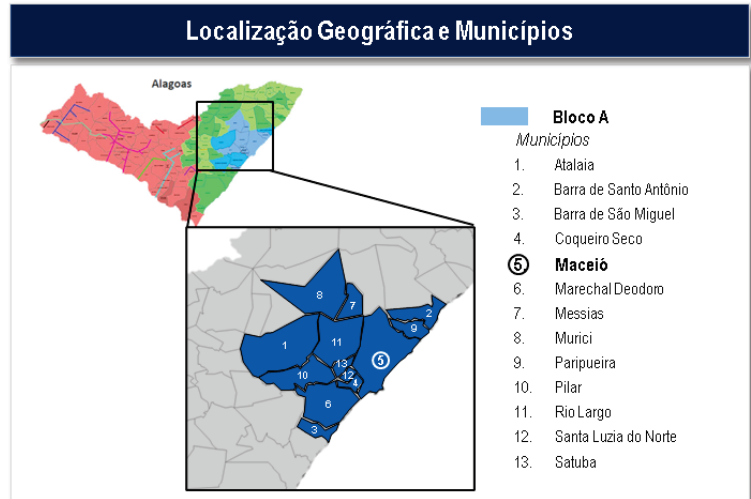


Companhia

Perfil Corporativo

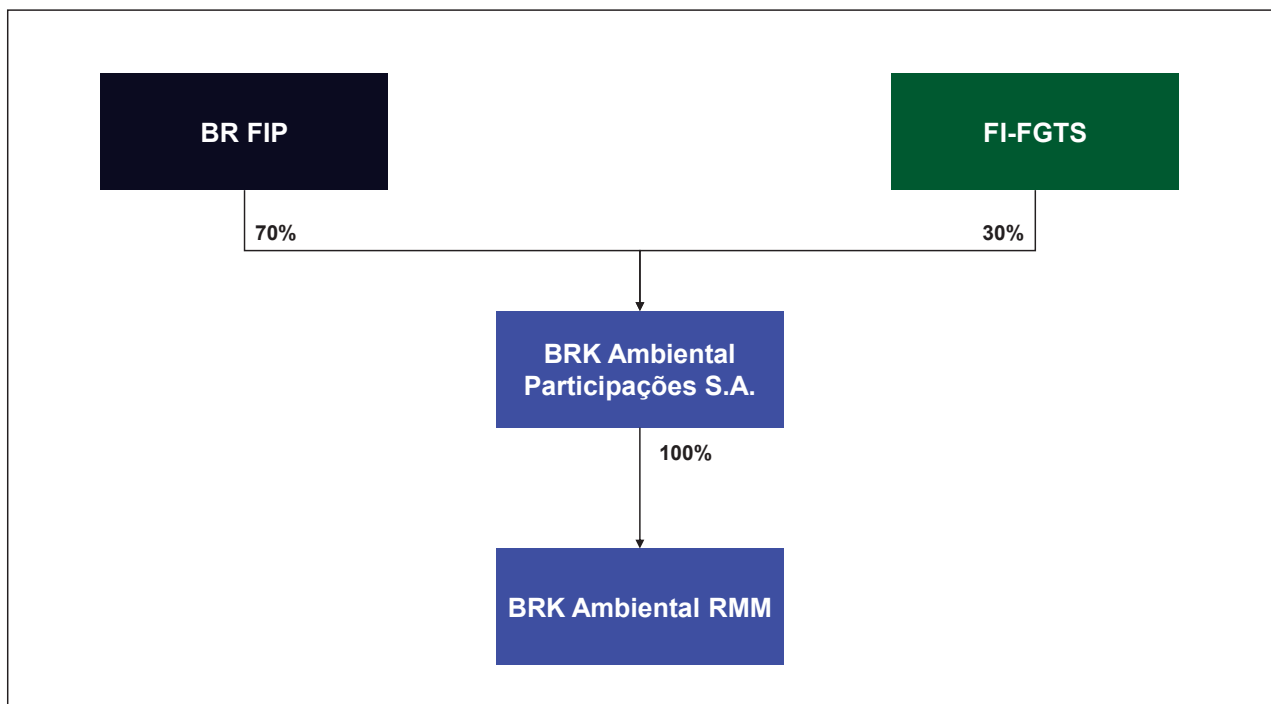
Sediada no Município de Maceió, capital do Estado do Alagoas, a BRK RMM é responsável pela implantação, operação e manutenção dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em 13 dos 102 municípios que compõem o Estado. A CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas) fornece a água distribuída pela BRK RMM, exceto nos municípios de Atalaia, Barra de Santo Antônio, Marechal Deodoro, onde a BRK RMM tem a responsabilidade de captar, tratar e distribuir a água.

A Companhia opera em conformidade com seu Código de Conduta, normas internas, leis e regulamentações. Além do meio ambiente, a BRK RMM está também comprometida com toda a sua cadeia de relacionamentos: clientes, fornecedores, poder público, funcionários, comunidades e acionistas.



Estrutura Societária

O capital social da BRK RMM é integralmente detido pela BRK Ambiental Participações S.A. (“BRK Ambiental”) que, por sua vez, tem seu controle acionário detido pelo BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“BR FIP”), com 70% de participação, tendo como acionista minoritário o Fundo de Investimentos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”), com 30% de participação.



Estrutura Societária BRK RMM

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Governança

Em 2021, nossa controladora BRK Ambiental foi avaliada como a quarta melhor do mundo e a primeira das Américas no setor de água e esgoto no ESG Risk Rating, elaborado pela consultoria *Sustainalytics*, uma das empresas líderes em desenvolvimento de pesquisas e análises sobre gestão ESG. Esse resultado reflete a solidez do modelo de governança e gestão da BRK Ambiental, aplicado às suas controladas, com foco em construir uma companhia resiliente sob a perspectiva financeira e que integra os aspectos ESG em sua estratégia e tomada de decisão.

A Diretoria Executiva da BRK RMM é responsável pela gestão dos negócios e implementação da estratégia traçada em conjunto com a sua controladora, BRK Ambiental. A atuação da Diretoria é diretamente suportada pelas áreas de Compliance e Auditoria Interna, em alinhamento ao compromisso com a cultura da ética e da conformidade.

Dentre os temas deliberados pela diretoria, destacam-se as seguintes matérias: propostas sobre alteração de objeto social, transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e negociação com ações da companhia; designação de auditores independentes; emissão de valores mobiliários, inclusive para distribuição pública.

Compliance

A BRK Ambiental e suas controladas estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência. Manter a boa reputação de nossos negócios é vital à garantia da perenidade da BRK Ambiental. Por esse motivo, nos pautamos por um conjunto de valores que, entre outros propósitos, nos orienta a construir todos os nossos relacionamentos com base na integridade e no total cumprimento de todas as legislações e regulamentações aplicáveis, localmente e globalmente. Logo, é fundamental que a postura de tolerância zero da BRK Ambiental quanto a atos de corrupção, discriminação, assédio e comportamentos antiéticos seja amplamente conhecida.

Consideramos o Compliance como uma responsabilidade de todos os funcionários, independentemente de suas posições e funções. Temos o compromisso de implementar sistemas e estruturas apropriadas para fornecer suporte, aconselhamento e orientação necessários para garantir que requisitos éticos e regulatórios sejam identificados e atendidos.

Com isso em vista, estabelecemos em nossa governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance alinhado às melhores práticas de mercado nacionais e internacionais, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas.

O Programa de Compliance busca assegurar que funcionários e terceiros com quem ela se relaciona observem os requisitos não apenas das leis antissuborno e anticorrupção, bem como as diretrizes de sua política a respeito do tema, de forma a garantir que durante a condução dos negócios e atividades sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência.

Temos um Canal de Denúncias disponível a todos os funcionários e terceiros com os quais nos relacionamos, encorajando os mesmos a reportarem suspeitas ou práticas de atos antiéticos, ilegais ou inseguros. BRK Ambiental e suas controladas contam também com um Comitê de Ética e Integridade que tem como principal objetivo garantir a disseminação dos princípios e valores contidos no Código de Ética, promovendo seu cumprimento, difundindo a cultura de Compliance e de mitigação de riscos, e a prevenção da corrupção e da lavagem de dinheiro.

No decorrer de 2021, 100% dos funcionários que desempenham funções administrativas participaram dos Treinamentos Anuais de Integridade, que incluíram capacitação sobre o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Programa e Política Antissuborno e Anticorrupção, Código de Conduta Ética Profissional, Sistema de Gestão Antissuborno e os principais instrumentos normativos que compõem o Programa de Compliance.

Em relação aos funcionários que desempenham atividades operacionais, devido à continuidade da pandemia da COVID-19, substituímos os Treinamentos Anuais Presenciais por reforço nas ações de comunicação, que incluíram a campanha institucional “O Certo Transforma” e a entrega de revistas em quadrinhos que apresentavam, de forma lúdica, situações do dia a dia e o comportamento esperado de nossos funcionários.

Desde 2018, a controladora BRK Ambiental é signatária do Pacto Global da ONU, membro do conselho no Brasil (Rede Brasileira do Pacto Global), e também signatária dos princípios de empoderamento feminino (WEFs) da ONU Mulheres e usa suas diretrizes para nortear o programa de equidade de gênero.

Em 2021, a controladora BRK Ambiental recebeu o reconhecimento do selo Pró-Ética, uma iniciativa da Controladoria Geral da União e do Instituto Ethos com o objetivo de reconhecer publicamente os esforços das empresas que se mostram verdadeiramente comprometidas com a prevenção e o combate à corrupção e outros tipos de fraudes. A BRK Ambiental e suas controladas, também receberam a certificação ISO 37.001, que trata sobre o Sistema de Gestão Antissuborno – SGAS, reforçando a efetividade do seu Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotadas.

ESG (Ambiental, Social e Governança)

A atividade de saneamento em si integra critérios ESG na medida em que o desenvolvimento do negócio produz efeitos positivos sobre o meio ambiente, a redução de vulnerabilidades, inclusão social e promoção de qualidade de vida, bem como exige as melhores práticas de governança para garantir a sustentabilidade das concessões. Em linha com a estratégia ESG da Companhia e sua acionista controladora, estruturamos metas e projetos com foco na construção de um modelo de negócio resiliente de alto impacto nos aspectos ambientais, sociais de governança. No Relatório ESG da controladora são expostas os compromissos e iniciativas que abrangem as suas controladas.

A seguir destacamos algumas das principais iniciativas implementadas na BRK RMM, em sintonia com a estratégia da controladora.

Gestão Ambiental

A BRK RMM acredita no potencial transformador do saneamento e, por isso, a conservação do meio ambiente onde atua é parte fundamental de seu compromisso com o futuro sustentável do Brasil. Para tanto, a BRK RMM busca disseminar conhecimentos e experiências através de programas de gestão ambiental que contam com envolvimento de funcionários e parcerias com empresas especializadas na área.

Por ser uma unidade recente, a BRK RMM tem trabalhado na implantação de softwares de gestão ambiental para controle de condicionantes legais e documentos ambientais (outorgas, licenças e autorizações). O “Sistema de Gestão e Monitoramento de Requisitos Legais Aplicáveis” permite minimizar riscos e prejuízos e garante a consonância das atividades desempenhadas à legislação vigente, sempre de forma atualizada. Já o sistema de documentos ambientais permite o gerenciamento de todo o processo de licenciamento ambiental mantendo registros atualizados de cada etapa do processo. Além da validade das licenças, outorgas e autorizações, é possível

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



acompanhar e planejar o atendimento às condicionantes de cada documento e outros compromissos assumidos. Ambas as ferramentas asseguram a correta adequação ambiental das diversas estruturas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que estejam em operação ou em fase de projeto/implantação e até mesmo desativação.

Além disso, todos os novos projetos e operações da BRK RMM são suportados pela equipe de meio ambiente a fim de mitigar os impactos negativos relacionados às atividades e, ao mesmo tempo, potencializar os positivos. De forma conjunta, a equipe interna de qualidade do produto atua monitorando a qualidade dos efluentes tratados e realiza a amostragem em corpos hídricos receptores como córregos, rios, lagos e mar. Já em relação ao sistema de abastecimento de água, o monitoramento da qualidade é realizado nos mananciais de abastecimento, superficiais e subterrâneos, reservatórios de água, estações de tratamento e rede de distribuição. Em ambos os casos a BRK RMM conta com laboratório terceirizado acreditado nas normas NBR ISO 9001 (qualidade) e ABNT NBR ISO/IEC 17025 para amostragem e ensaios analíticos. Mensalmente são mais de 1.000 pontos de aferição em redes de abastecimento, além de análises internas do sistema produtivo nos municípios de concessão plena, e pontos de acompanhamento da qualidade do esgoto. Desde o início da operação da BRK RMM, os indicadores de conformidade à legislação vigente, tanto para água como para esgoto, vem gradativamente evoluindo, resultando em mais qualidade de vida para a população e menores impactos ao meio ambiente.

Atuação Social

Com apenas seis meses de operação na Região Metropolitana de Maceió, a BRK RMM conta com um grande desafio nas 13 cidades alagoanas onde atua desde julho de 2021. A chegada da empresa em Alagoas representa uma das maiores mudanças nos serviços de infraestrutura do estado ao longo de décadas e, por isso, a estruturação de iniciativas sociais foi iniciada a partir de um trabalho de proximidade com as comunidades locais.

Por meio da área de Comunicação e Sustentabilidade, a BRK RMM realizou um mapeamento minucioso de lideranças comunitárias nos municípios e abriu canais diretos de comunicação com os representantes – iniciativa pioneira entre as empresas privadas prestadoras de serviços públicos na região.

Em um processo contínuo que busca o estreitamento das relações com esses importantes atores, pontos focais das demandas da população, foram realizadas diversas reuniões para apresentar o trabalho da empresa, ouvir os anseios dos moradores, propor ações e entender as particularidades de cada localidade.

Além das sensibilizações periódicas promovidas nas comunidades, também foram realizados atendimentos com a Unidade Móvel de Atendimento da BRK RMM para cadastramento de famílias de baixa renda com direito à tarifa social, além de orientações sobre solicitações de serviços.

Todo esse trabalho representa o marco inicial da consolidação de uma parceria fundamental para a efetividade das ações de saneamento, a partir da educação socioambiental, do entendimento da atuação da empresa e da conscientização sobre a importância do setor para o desenvolvimento local.

Ações de Responsabilidade Socioambiental em números, no período de julho a dezembro de 2021:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- 155 lideranças comunitárias mapeadas em 2021;
- 2.517 atendimentos realizados pela equipe de Sustentabilidade com as lideranças comunitárias;
- 27 visitas técnicas para sensibilizações e mapeamento de lideranças;
- 36 reuniões realizadas dentro e fora da empresa com os representantes;
- 13 ações realizadas nas comunidades com a Unidade Móvel de Atendimento que resultaram em 1.530 atendimentos.
- 25 refugiadas venezuelanas capacitadas em instalações hidráulicas por meio do projeto Reinventar.

Situação do Saneamento no Brasil e Ambiente Regulatório

De acordo com dados publicados em dezembro de 2021 pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referente ao ano de 2020, 45% da população brasileira ainda não possui acesso a coleta de esgoto, o que representa um universo de cerca de 100 milhões de brasileiros. A falta de saneamento básico, além do impacto sobre a saúde pública, é extremamente danosa ao meio ambiente e prejudica o desenvolvimento econômico do país. Na segmentação por regiões, o Norte tem o pior índice, com apenas 13% da população atendida por coleta de esgoto, seguida pelo Nordeste – 30%, Sul – 47%, Centro-Oeste – 59% e Sudeste – 81%, sendo que na média do país, apenas 51% do esgoto é tratado. Além disso, 16% da população brasileira ainda não é atendida com água tratada, enquanto 40% da água que transita nos sistemas de distribuição no Brasil é perdida.

O investimento necessário para atingir a universalização é estimado R\$ 700 bilhões, segundo estudo realizado pela consultoria KPMG. Isso significa que deverão ser investidos cerca de R\$ 58 bilhões por ano até a universalização. Devido às recorrentes restrições orçamentárias da União, Estados e Municípios, o cumprimento de tal meta somente será possível com uma participação mais ampla da iniciativa privada, que atualmente atende a 17% da população do país.

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/2020 (“Novo Marco Legal do Saneamento Básico”), introduzindo significativas alterações à legislação do setor, inclusive a previsão de metas de universalização dos serviços, com a obrigatoriedade de atendimento da população com 99% de água potável e 90% de coleta e tratamento de esgotos até o ano de 2033. Com regras mais claras definidas, o país tem agora o desafio de investir em torno de R\$ 700 bilhões para alcançar, até 2033, as metas definidas no Marco Legal do Saneamento Básico, segundo estudo realizado pela KPMG Auditores Independentes em parceria com a ABCON/SINDCON (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), cuja data base das informações é 2018.

A Lei nº 14.026/2020 traz mudanças importantes para permitir o avanço da infraestrutura de saneamento básico no país, como a ampliação das competências da ANA para definir normas de referência, isonomia nas licitações para novas concessões e a possibilidade de prestação dos serviços em blocos regionais de municípios.

O novo marco regulatório foi um divisor de águas para o setor e fator chave para o crescimento inorgânico da BRK Ambiental. Um exemplo desse novo cenário, foi o leilão promovido Estado de Alagoas para a concessão plena (água, esgoto e gestão comercial) dos serviços de saneamento em Maceió e 12 municípios vizinhos, o primeiro após a nova lei do saneamento, vencido pela BRK Ambiental. A concessão visa garantir a universalização dos serviços de água (100%), atualmente em 78% nos próximos seis anos. Em relação ao esgotamento sanitário, o objetivo é elevar a cobertura de 26% em 2020 para 90% em 16 anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Eventos subsequentes**

- Aumento de capital:
 - Em 10 de janeiro de 2022, a acionista BRK Ambiental concluiu a integralização do saldo remanescente de capital subscrito e a integralizar aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de novembro de 2020 no montante de R\$ 21.499, em moeda corrente na Companhia.
 - Em 25 de abril de 2022, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 98.201 mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, com emissão de 157.328.209 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 0,62418 por ação.
- Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"): em 27 de abril, 31 de maio, 2 de junho e 4 de julho de 2022, a controladora direta BRK Ambiental efetuou AFAC no montante de R\$ 8.955, R\$ 120.000, R\$ 9.000 e R\$ 9.127, respectivamente, a serem capitalizados na próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Desempenho Financeiro e Operacional**Destaques Financeiros – 2021**

Destaques Financeiros (R\$mil)	2021	2020	Δ%
Receita Líquida	317.873	4.032	7.784%
Receita Líquida Operacional	171.055	-	n/a
Receita Líquida de Construção	146.818	4.032	3.541%
Custos e Despesas	(344.807)	(4.087)	8.337%
Custos e Despesas	(169.277)	(136)	124.368%
Custos dos Serviços Prestados	(127.619)	-	n/a
Desp. Gerais e Administrativas	(41.658)	(136)	30.531%
Custo de Construção	(143.882)	(3.951)	3.542%
Depreciação e Amortização	(31.648)	-	n/a
Resultado Financeiro	(64.868)	(1.997)	3.148%
IR/CSLL (Corrente + Diferido)	30.866	698	4.322%
Lucro Líquido	(60.936)	(1.354)	4.400%
EBITDA	4.714	(55)	n/a
Margem EBITDA	2,8%	n/a	n/a

1. Receita Líquida (R\$ mil)

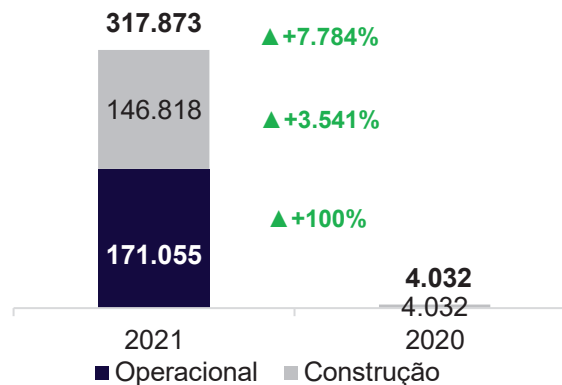
A Receita Líquida Total alcançou R\$ 317.873 mil em 2021, decorrente do início das operações em 1º de julho de 2021.

A Receita Líquida é composta pela Receita Operacional (54%) e Receita de Construção (46%), que por sua vez é relacionada aos investimentos em ampliação e/ou melhorias da infraestrutura existente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Composição da Receita Líquida



A Receita Líquida Operacional totalizou R\$ 171.055 mil em 2021, decorrente do início das operações a partir de 1º de julho de 2021, anteriormente em operação assistida, período em que a receita operacional não é auferida.

A Receita de Construção alcançou R\$ 146.818 mil, relacionada ao início dos investimentos.

2. Custos e Despesas (R\$ mil)

Os custos e despesas totalizaram R\$ 344.807 mil, decorrente do início das operações.

Custos e Despesas	2021	2020	Δ%
Pessoal	(32.777)	n/a	n/a
Materiais	(95.657)	n/a	n/a
Serviços	(20.107)	(136)	14.685%
Outros	(20.736)	n/a	n/a
Subtotal	(169.277)	(136)	124.368%
Depreciação e Amortização	(31.648)	n/a	n/a
Custo de Construção	(143.882)	(3.951)	3.542%
Total	(344.807)	(4.087)	8.337%

3. EBITDA (R\$ mil)

O EBITDA da BRK RMM em 2021 totalizou R\$ 4.714 mil, decorrente do início das operações. A margem EBITDA em 2021 foi de 2,8%.

EBITDA	2021	2020	Δ%
Lucro Líquido/(Prejuízo)	(60.936)	(1.354)	4.400%
(+) Resultado Financeiro	64.868	1.997	3.148%
(+) IR/CSLL (corrente + diferido)	(30.866)	(698)	4.322%
(+) Depreciação e amortização	31.648	-	n/a
EBITDA	4.714	(55)	n/a
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA / Receita Oper. Líquida ^{/1})	2,8%	n/a	n/a

/1 Refere-se à receita líquida de serviços (excluindo receita de construção)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4. Resultado Financeiro (R\$ mil)**

Resultado Financeiro	2021	2020	Δ%
Receitas financeiras	20.826	1.541	1.251%
Despesas financeiras	(85.694)	(3.538)	2.322%
Total	(64.868)	(1.997)	3.148%

O Resultado Financeiro da BRK RMM em 2021 totalizou R\$ -64.868 mil, impactado pelos juros incorridos pela emissão de R\$ 1,8 bilhão em debêntures em dezembro de 2020.

5. Endividamento (R\$ mil)**Dívida Bruta**

No encerramento do exercício de 2021, o endividamento bruto da Companhia totalizou R\$ 1.831.954 mil, um aumento de 3% em relação a 2020, devido à contratação de arrendamentos financeiros no valor de R\$ 11.664 mil em 2021.

Endividamento	2021	2020	Δ%
Dívida Bruta	1.831.954	1.778.924	3%
Disponibilidades + Fundos Restritos	10.028	1.296.367	(99%)
Dívida Líquida	1.821.926	482.557	278%

Disponibilidades

As Disponibilidades e Fundos Restritos totalizaram R\$ 10.028 mil em 2021, representando uma queda de R\$ 1.286 mil pela utilização do saldo dos fundos restritos para pagamento da 2ª parcela da outorga. Com o início das operações em 9 dos 13 municípios, em 2 de julho, foi efetuado o pagamento da outorga, no valor de R\$ 1,2 bilhão. Os 4 municípios restantes, com respectivo pagamento do valor remanescente de outorga, R\$ 153 milhões, entraram em operação em setembro de 2021.

A dívida líquida totalizou R\$ 1.821.926 mil em 2021.

6. Investimentos e Outorga (R\$ mil)

O ano de 2021 registrou R\$ 67.236 mil em investimentos, com destaque para as intervenções abaixo:

- R\$ 19 milhões direcionados a adequação e recuperação das infraestruturas de captação de água e tratamento de esgoto;
- R\$ 18 milhões investidos na estruturação de prédios, máquinas, veículos e equipamentos operacionais fornecendo infraestruturas e ferramentas;
- R\$ 10 milhões com a contratação de estudos e projetos base para a realização assertiva dos investimentos nos próximos anos;
- R\$ 9 milhões com o objetivo de reduzir as perdas de água nos sistemas de captação e distribuição;
- R\$ 3 milhões na implantação de um laboratório para fornecer água de melhor qualidade para os nossos clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em relação a outorga, os juros incorridos da dívida captada para seu pagamento são capitalizados, conforme o CPC20 (R1) – Custos de Empréstimos. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros no intangível, referente a outorga, no valor de R\$ 83.373.

Agradecimentos

A BRK Ambiental Região Metropolitana de Maceió agradece a dedicação de seus funcionários, a confiança de seus acionistas e a parceria de seus clientes e fornecedores.

Diretoria Estatutária

Fernando Ariani Mangabeira Albernaz – Diretor Presidente

Otávio Junqueira Ayres de Souza – Diretor Financeiro e Administrativo

Herbert Arnaud Dantas – Diretor de Operações

José Gerardo Copello – Diretor

Contador

Adelmo da Silva de Oliveira

CRC BA 028385/O-6

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A BRK Ambiental – Região Metropolitana de Maceió S.A. (“Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 2020, como uma sociedade anônima de capital fechado, com o objetivo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Maceió (“RMM”), Estado de Alagoas, compreendendo a execução das obras de aperfeiçoamento dos sistemas, captação e tratamento de água, exploração de fontes de receitas e execução das atividades de medição, cobrança, arrecadação de tarifas e atendimento aos usuários.

A sede da Companhia está localizada na Av. Álvaro Otacílio, 3.731, Bloco A, Edifício Itália – sala 602 e 603, Maceió – AL.

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato com o Estado de Alagoas para exploração dos serviços na área da Concessão. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos a contar a partir da emissão do termo de transferência do sistema e/ou início da operação do sistema pela Companhia. Em 1º de julho de 2021, a Companhia iniciou oficialmente as operações em 9 dos 13 municípios e em 1º de setembro de 2021 iniciou a operação nos 4 municípios restantes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield (“Grupo”) e controlada direta pela BRK Ambiental Participações S.A (“BRK Ambiental”).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 06 de julho de 2022.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) COVID-19

Com a disseminação da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo vem implementando medidas para combater o vírus, entre elas o isolamento social e o fechamento temporário de atividades consideradas não essenciais. No Brasil, onde a Companhia atua, os efeitos da pandemia aconteceram principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. A Companhia vem monitorando atentamente a disseminação da pandemia no território nacional e seus desdobramentos, tendo constituído um Comitê de Gestão de Crise, que está focado em três prioridades: (i) proteger a segurança dos funcionários e clientes; (ii) garantir a continuidade das operações; e (iii) preservar a liquidez financeira da Companhia.

O abastecimento de água e os serviços de esgoto são serviços essenciais e parte fundamental no combate à proliferação da COVID-19. Considerando situações e realidades distintas em cada região de atuação, as atividades são planejadas e organizadas de forma a garantir a continuidade do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto aos clientes, com segurança para os funcionários e comunidades, seguindo rigorosamente as determinações das autoridades públicas de saúde. Visando garantir a saúde dos funcionários, a Companhia ampliou o programa de monitoramento de saúde.

Foram realizadas avaliações sobre as demais estimativas contábeis considerando os reflexos trazidos pela pandemia, sendo que (i) não há indicativo de mudança no valor recuperável (*impairment*) de seus ativos imobilizados e intangíveis; (ii) não foi identificado a necessidade de ajuste para realização dos estoques; (iii) não foi identificada alteração no valor justo das receitas; (iv) não foram identificados impactos significativos nos contratos de arrendamento, e (v) não há eventos ou condições identificadas que afetem de forma significativa a continuidade operacional da Companhia, ou modifiquem de forma significativa a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia segue monitorando os desdobramentos da COVID-19 para que os possíveis impactos sejam devidamente refletidos nas informações financeiras intermediárias, em atendimento aos Ofícios-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, 03/2020 e Deliberação/CVM/nº 859/2020.

(b) Programa SOX

No exercício de 2021 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia passou a fazer parte do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, no contexto das obrigações de seu acionista controlador, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Programa de Compliance

A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas.

A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Ainda em 2021, a Companhia recebeu a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), é requerida pela legislação societária brasileira e pela prática contábil adotada no Brasil aplicáveis às companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(a) Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram originalmente elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram emitidas em 25 de março de 2022. Essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas em virtude do processo de pedido de registro de abertura de capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para contemplar as exigências de divulgação aplicáveis às companhias de capital aberto. As principais alterações foram: (i) adoção das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS); (ii) inclusão de relatório da administração, (iii) inclusão da DVA, (iv) complemento da nota explicativa de passivo de arrendamento para atendimento ao Ofício Circular CVM 02/19 e (v) complemento da nota explicativa de políticas contábeis para as divulgações requeridas em relação à informação por segmento. A adoção das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) não resultou em ajustes contábeis em relação aos saldos originalmente apresentados.

2.2 Apresentação de informações por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões estratégicas, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Conselho de Administração. A Companhia atua no segmento de Água e Esgoto por meio de contrato de concessão pública.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

2.5 Contas a receber e perdas de créditos esperadas

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

O direito a faturar de clientes é classificado como:

(a) Contratos de concessão (Intangível)

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

2.6 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. O Saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 9.688.

2.7 Ativos financeiros e não financeiros

2.7.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

2.7.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.8 Ativos de contrato

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção.

2.9 Intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 – Contratos de Concessão, emitida pelo IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.15 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (e)).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 13), as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Em relação a outorga quando a Companhia capta dívida para efetuar o pagamento desta os juros são capitalizados conforme o percentual da parcela da outorga relacionada à infraestrutura a ser construída, conforme o CPC20 (R1) – Custos de Empréstimos. No caso do pagamento ao Poder concedente referente a outorga seja de longo prazo é calculado o ajuste a valor presente. A parcela do ajuste a valor presente referente aos investimentos ainda não realizados são capitalizados como parte do custo do ativo intangível em construção, e a parcela referente à infraestrutura em operação é destinada às despesas financeiras no resultado de cada período.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas”, na demonstração do resultado.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado.

2.12 Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre debêntures como atividade de financiamento.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 21 anos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

2.14 Obrigações com o Poder concedente

A Companhia reconhece a obrigação com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante. Tais valores, quando relevantes, são registrados a valor presente e apropriados ao resultado com base no prazo do contrato.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas da Companhia.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06 (R2)) já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com a interpretação IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2021 e 2020 é de 2,00% para os contratos de concessões públicas (intangível).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados.

(c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido da Companhia.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde (“plano de saúde”) pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual.

A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo.

As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros.

A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

2.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, portanto a alteração no CPC 06 (R2) não é aplicável para a Companhia.

2.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50/IFRS17 se aplica a empresas seguradoras, portanto não é aplicável na Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. O Grupo avaliou a norma e não identificou impacto na Companhia.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. O Grupo avaliou a norma e não identificou impacto na Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement* 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

Já que as alterações ao *Practice Statement* 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo avaliará os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil correspondente ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos a Companhia não registra provisão e destaca em nota explicativa os processos de maior relevância, quando aplicável.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não registra provisão e nem realiza a divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos com probabilidade de perda provável, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida.

(d) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (ICPC 01(R1)) e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.15 (b).

(e) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (a).

(f) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, debêntures e outros passivos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); e (ii) passivo de arrendamento e debêntures que estão atrelados a indexadores diversos.

Apresentamos a seguir os impactos estimados nos instrumentos financeiros que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relevantes de flutuação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta no final do trimestre.

O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado e o *spread* médio, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2021 para os próximos doze meses.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.**
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais fatores de risco foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

		Saldos patrimoniais				
		2021				
		Ativo	Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras						
Em CDI		6.663				
Passivo de arrendamento						
Em IGPM					(11.664)	
Debêntures						
Em CDI					(1.798.724)	
Risco		Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras						
Em CDI	Redução do CDI	786	983	1.179	590	393
Passivo de arrendamento						
Em IGPM	Aumento do IGPM	(630)	(788)	(945)	(473)	(315)
Debêntures						
Em CDI	Aumento do CDI	(262.434)	(315.452)	(368.469)	(209.417)	(156.399)
		(262.278)	(315.257)	(368.235)	(209.300)	(156.321)
Indicadores de Macroeconomia		Fonte	Projeções	Extração	Data base	2021
CDI		B3	12 meses	04/01/2022	31/12/2021	11,79%
IGPM		BACEN	12 meses	04/01/2022	31/12/2021	5,40%

Os cenários de 25,00% e 50,00% são extrapolações das taxas projetadas para cenário provável sem efeito sobre o *spread* médio.

(b) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço (Notas 5 e 6).

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(c) Risco de liquidez**

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total por vencimento	Valores a incorrer (i)	Total no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores	39.269			39.269		39.269
Passivo de arrendamento	5.362	4.609	4.263	14.234	(2.570)	11.664
Debêntures	263.708	1.991.778		2.255.486	(456.762)	1.798.724
	308.339	1.996.387	4.263	2.308.989	(459.332)	1.849.657
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total por vencimento	Valores a incorrer (i)	Total no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020						
Debêntures	80.508	72.330	1.865.345	2.018.183	(239.259)	1.778.924
	80.508	72.330	1.865.345	2.018.183	(239.259)	1.778.924

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial através da coluna valores a incorrer.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de passivo de arrendamento e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total de passivo de arrendamento (Nota 15.1)	11.664	
Total de debêntures (Nota 15.2)	1.798.724	1.778.924
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(10.028)	(95.765)
(-) Fundos restritos (Nota 6)		(1.200.602)
Dívida líquida	1.800.360	482.557
Total do patrimônio líquido	416.056	148.647
Total do capital	2.216.416	631.204
Índice de alavancagem financeira - %	81%	76%

4.3 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e obrigações com o Poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 15.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Debêntures estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo, conforme estabelecido nos itens 72 a 90 do CPC 46 / IFRS13.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	Nota explicativa	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.028	10.028	95.765	95.765
Fundos restritos	6			1.200.602	1.200.602
Contas a receber, líquidas	7	70.135	70.135		
		<u>80.163</u>	<u>80.163</u>	<u>1.296.367</u>	<u>1.296.367</u>
Passivos financeiros pelo custo amortizado					
Fornecedores	14	39.269	39.269		
Passivo de arrendamento	15.1	11.664	11.664		
Debêntures	15.2	1.798.724	1.793.290	1.778.924	1.825.417
Obrigações com o Poder concedente	17	159	159	1.395.054	1.395.054
Partes relacionadas	19	11.078	11.078		
		<u>1.860.894</u>	<u>1.855.460</u>	<u>3.173.978</u>	<u>3.220.471</u>

4.5 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A Companhia possui caixa e equivalente de caixa, e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA.

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Companhia adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculados com base na análise de perdas futuras, conforme o histórico de inadimplência segregando clientes privados e públicos, e de acordo com avaliação da administração.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos conta movimento	3.365	6
Aplicações financeiras (i)	<u>6.663</u>	<u>95.759</u>
	<u>10.028</u>	<u>95.765</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada no período de janeiro a dezembro de 2021 de aproximadamente 98,4% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário (2020 – 96,97% do CDI).

6 Fundos restritos

	<u>2020</u>
Fundos Restritos	<u>1.200.602</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos representavam, substancialmente, depósitos bancários, com rendimento de cerca de 100% do CDI. Durante o exercício de 2021, os fundos foram utilizados para quitação das obrigações com o poder concedente.

7 Contas a receber, líquidas

	<u>2021</u>
Contas a receber de clientes	
Concessões públicas	<u>70.135</u>
	70.135
(-) Circulante	<u>(70.119)</u>
Não circulante	<u>16</u>

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Todas as contas a receber e direitos a faturar da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas esperadas.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2021
A vencer	6.674
Vencidos	
Até 30 dias	17.936
De 31 a 60 dias	7.384
De 61 a 90 dias	5.035
De 91 a 180 dias	9.618
Valores a faturar	<u>23.488</u>
Total	<u>70.135</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui direitos creditórios cedidos em contas a receber e direitos a faturar, como de debêntures no montante de R\$ 70.135.

8 Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda	4.319	20
Contribuição social	8	
PIS e COFINS	2.201	
Outros	<u>59</u>	
	6.587	20
(-) Circulante	<u>(5.463)</u>	<u>(20)</u>
Não circulante	<u>1.124</u>	

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.**

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2021	2020
Ativo diferido	31.643	698

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	2021
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	67.429
	<u>67.429</u>
Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:	
2026	2.928
2027	6.300
2028	14.967
2029	25.078
2030	16.408
2031	1.748
	<u>67.429</u>
	2021
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	(3.496)
Passivo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	(32.290)
	<u>(35.786)</u>
Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:	
2022	(3.496)
2023	(18.309)
2028	(127)
2029	(2.055)
2030	(4.187)
2031	(4.334)
Demais anos	(3.278)
	<u>(35.786)</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante o respectivo exercício. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Reconhecido na demonstração do resultado	Outros	2020
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	8.817		8.817
Total do ativo diferido	8.817		8.817
Compensação CPC 32 (IAS12)		(8.119)	(8.119)
	8.817	(8.119)	698
Passivo fiscal diferido			
Receita de custo de construção e receita financeira	(27)		(27)
Capitalização de juros e custo de transação	(8.092)		(8.092)
Total do Passivo diferido	(8.119)		(8.119)
Compensação CPC 32 (IAS12)		8.119	8.119
	(8.119)	8.119	

	2020	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2021
Ativo fiscal diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	8.817	56.864			65.681
Provisões		1.318			1.318
Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós emprego			80		80
Passivo de arrendamento		350			350
Total do ativo diferido	8.817	58.532	80		67.429
Compensação CPC 32 (IAS12)	(8.119)			(27.667)	(35.786)
	698	58.532	80	(27.667)	31.643
Passivo fiscal diferido					
Receita de custo de construção e receita financeira	(27)	(998)			(1.025)
Capitalização de juros e custo de transação	(8.092)	(26.669)			(34.761)
Total do Passivo diferido	(8.119)	(27.667)			(35.786)
Compensação CPC 32 (IAS12)	8.119			27.667	35.786
		(27.667)		27.667	

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva**

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, como segue:

	2021	Período de 21/10/2020 a 31/12/2020
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social operação continuada	(91.802)	(2.052)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal operação continuada	31.213	698
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(347)	
Gratificação de Diretores	(198)	
Multas e Doações	(149)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	30.866	698
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos operação continuada	30.866	698
Receita de imposto de renda e contribuição social	30.866	698
Alíquota efetiva	-33,62%	-34,02%

10 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
Custo de aquisição					
Adições	925	1.974	151	2.617	5.667
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	925	1.974	151	2.617	5.667
Depreciação acumulada					
Depreciação	(64)	(65)	(4)		(133)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(64)	(65)	(4)		(133)
Valor contábil líquido	861	1.909	147	2.617	5.534
Vida útil (anos)	5 a 10	5 a 10	5 a 10		

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**11 Ativos de contrato**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	4.032	
(+) Adições	<u>56.656</u>	<u>4.032</u>
Saldo no final do exercício	<u>60.688</u>	<u>4.032</u>

12 Ativos de direito de uso

	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Custo de aquisição					
Adições	4.228	1.046	55	7.811	13.140
Baixas	(5)			(95)	(100)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.223	1.046	55	7.716	13.040
Depreciação acumulada					
Amortização	(698)	(418)	(6)	(1.299)	(2.421)
Baixas				14	14
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(698)	(418)	(6)	(1.285)	(2.407)
Valor contábil líquido	<u>3.525</u>	<u>628</u>	<u>49</u>	<u>6.431</u>	<u>10.633</u>
Vida útil (anos)	2 a 5	2	2	2 a 3	

O saldo de direito de uso apresentado acima contém o valor residual de ativos de propriedade de partes relacionadas no montante de R\$ 7.652 arrendados da Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde").

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**13 Intangível**

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Total
Custo de aquisição			
Adições		2.021.583	2.021.583
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		2.021.583	2.021.583
Valor contábil líquido		2.021.583	2.021.583
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021		2.021.583	2.021.583
Adições	5.088	85.074	90.162
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	5.088	2.106.657	2.111.745
Amortização acumulada			
Amortização	(144)	(28.949)	(29.093)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(144)	(28.949)	(29.093)
Valor contábil líquido	4.944	2.077.708	2.082.652
Vida útil (anos)	5 a 50	35	

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros no intangível, referente a outorga, no valor de R\$ 83.373.

14 Fornecedores

	Nota explicativa	2021
Aquisição de infraestrutura		7.660
Serviços e materiais para operação		27.618
Retenções contratuais	2.10	393
Outros		3.598
		<u>39.269</u>

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**15 Passivo de arrendamento e debêntures**

	Nota explicativa	2021	2020
Passivo de arrendamento	15.1	11.664	
Debêntures	15.2	1.798.724	1.778.924
		<u>1.810.388</u>	<u>1.778.924</u>
(-) Circulante		(21.566)	(2.724)
Não circulante		<u>1.831.954</u>	<u>1.781.648</u>

15.1 Passivo de arrendamento**(a) Composição**

Modalidade	Vencimentos	2021
Passivo de arrendamento	mar/2023 a out/2026	11.664
Total		<u>11.664</u>
Circulante		<u>3.976</u>
Não circulante		<u>7.688</u>
Total		<u>11.664</u>

(b) Movimentação

	2021
(+) Adição de principal	13.141
(-) Baixas	(90)
(-) Amortização de principal	(2.400)
(+) Amortização AVP	<u>1.013</u>
Saldo no final do exercício	<u>11.664</u>

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(c) Prazo de vencimento**

	<u>2021</u>
2023	3.798
2024	2.505
2025	1.103
2026	<u>282</u>
	<u>7.688</u>

(d) Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06(R2) e do ofício circular CVM 02/19 ("Ofício 02/19"), a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do Ofício 02/19.

Para atender a orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais com juros efetivos. Para o cálculo da taxa efetiva é utilizado o índice que regula cada contrato específico, substancialmente os contratos são indexados pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM"). As taxas são aplicadas nos fluxos de pagamentos para determinação de seus impactos nos contratos de arrendamento.

	<u>2021</u>
<u>Fluxo nominal</u>	
Passivo de arrendamento	14.234
Juros embutidos	<u>(2.570)</u>
	<u>11.664</u>
<u>Fluxo real efetivo inflacionado</u>	
Passivo de arrendamento	15.954
Juros embutidos	<u>(2.769)</u>
	<u>13.185</u>

A Companhia concluiu pela não necessidade de postergação de pagamentos devido ao impacto imaterial sobre o passivo de arrendamento e descontos pontuais, relacionados ao COVID-19.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**15.2 Debêntures****(a) Composição**

Modalidade	Encargos médios anuais	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2021	2020
Outorga	7,35%	dez/23	24.461	(18.866)	1.817.590	1.802.724
(-) Custo de transação					(18.866)	(23.800)
Total					1.798.724	1.778.924
Total de debêntures curto prazo					17.590	2.724
(-) Custo de transação						
Circulante					17.590	2.724
Total de debêntures curto prazo					1.800.000	1.800.000
(-) Custo de transação					(18.866)	(23.800)
Não circulante					1.781.134	1.776.200
					1.798.724	1.778.924

(b) Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.778.924	
(+) Novas emissões		1.800.000
(+) Encargos financeiros	122.556	2.724
(-) Amortização de juros	(107.690)	
(-) Adição custo de transação	(4.500)	(24.461)
(+) Custos de transação	9.434	661
Saldo no final do exercício	1.798.724	1.778.924

(c) Prazo de vencimento

	2021
2023	1.781.134

(d) Garantias

A garantia da 1ª emissão de debêntures inclui: garantia fidejussória da fiadora BRK Ambiental; alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos (i) da concessão, (ii) da conta centralizadora, dos (iii) seguros contratados no âmbito da concessão.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****(e) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants**

A Companhia possui em suas escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas com base em determinados índices financeiros (índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD, índice de endividamento, entre outros) para o cumprimento de garantias especiais. A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas relativas as debêntures.

16 Salários e encargos

	Nota explicativa	2021
Salários		5
Obrigações sociais		975
Provisões de férias		2.552
Benefícios		18
Participação sobre os lucros (i)	2.17 (c)	3.581
		7.131

- (i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

17 Obrigações com o poder concedente

Em 30 de setembro de 2020, a controladora BRK Ambiental foi vencedora da Concorrência Pública nº 09/2020, promovida pelo Estado de Alagoas para outorga dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com gestão comercial, de 13 municípios da Região Metropolitana de Maceió. A concorrência ocorreu por meio do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas – Casal (“Casal”), em que a Companhia apresentou maior outorga fixa ao Estado, no valor de R\$ 2.009.000, com vencimento em duas parcelas sendo a primeira liquidada no dia 14 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 613.946.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 1º de julho de 2021, a BRK Ambiental concluiu o período de operação assistida e iniciou oficialmente as operações em 9 dos 13 municípios que representa a concessão da Companhia, atuando na distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto pelos próximos 35 anos. Em 2 de julho, a BRK Ambiental realizou o pagamento da 2ª parcela da outorga, no valor de R\$ 1.241.598. Adicionalmente em 1º de setembro de 2021, realizou o pagamento do saldo remanescente da 2ª parcela da outorga e na mesma data iniciou as operações nos 4 municípios restantes.

Em 31 de dezembro, o montante referente a obrigações com o poder concedente é R\$ 159 (2020 – R\$ 1.395.054).

18 Provisões para contingências**Processos com probabilidade de perda classificada como possível**

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. A Companhia não está envolvida em processos de natureza tributária.

Processos de natureza cível - Referem-se a processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e demandas de natureza previdenciárias no montante de R\$ 12.112, representado por diversos processos.

Processos de natureza ambiental - Referem-se a processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 1.050, representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso.

Processos de natureza trabalhista - Referem-se a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 78, representado por diversos processos.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Natureza	2021
Reclamações cíveis	12.112
Ambiental	1.050
Trabalhista	78
Total	13.240

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**19 Partes relacionadas****(a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:**

	Passivo não circulante	Partes relacionadas	Custos/despesas operacionais	Resultado financeiro
				2021
Demais partes relacionadas (i)				
BRK Ambiental	9.386		(16.692)	(30.964)
BRK Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiânia SPE S.A.	1.692			
	11.078		(16.692)	(30.964)

- (i) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e com vencimento indeterminado.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	2021
Salários e outros benefícios de curto prazo	3.768
Benefícios a aposentadoria	46
Outros benefícios de longo prazo	11
	3.825

(c) Passivo de arrendamento partes relacionadas

O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas com a Ouro Verde no montante de R\$ 7.075, com vencimento de março de 2023 a outubro de 2026.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**20 Benefícios a empregados**

	Nota explicativa	2021
Passivo atuarial	19.1	235
Incentivos de longo prazo	19.2	294
		<u>529</u>

20.1 Passivo atuarial**(i) Premissas atuariais**

	2021	2020
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	5,30% a.a.	3,64% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,50% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

(ii) Movimentação

	2021
Saldo no início do exercício	
(-) Remensuração de ganhos (perdas) reconhecidos em outros resultados abrangentes	235
Saldo no final do exercício	<u>235</u>

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****20.2 Incentivos de longo prazo**

O programa de incentivo de longo prazo (Programa de *Matching*) refere-se à bonificação de diretores elegíveis pela liderança da Companhia e tem como principais premissas aumentar a capacidade de atração e retenção, além de estimular o comprometimento dos elegíveis com a estratégia da Companhia, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. A duração do programa (ciclo) é de três anos e com início em 16 de agosto de 2021.

O Programa de *Matching* é facultativo e tem como base a aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento pelos elegíveis, limitado a um percentual de sua Participação nos Lucros ou Resultados e/ou Bônus do último exercício que antecedeu o programa. Para as ações virtuais, adquiridas e mantidas por um período de três anos, a Companhia outorgará a mesma quantidade de ações virtuais adquiridas inicialmente, atualizadas pelo *valuation* da Companhia como referência. O resgate é integral e em dinheiro a título de bonificação, não sendo possível converter as ações virtuais em ações ordinárias ou preferencias.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo de incentivos de longo prazo na Companhia e o respectivo efeito no resultado é de R\$ 294.

21 Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
BRK Ambiental	100,00	100,00	500.000	200.000	683.598.688	200.000.000

Em 16 de junho de 2021, a Companhia aumentou capital social no montante de R\$ 300.000, com a emissão de 483.598.688 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo totalmente subscritas. Em 3 de dezembro de 2021, o acionista BRK Ambiental integralizou capital em moeda corrente no montante de R\$ 12.500 e no dia 15 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 16.000.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****(b) Prejuízo por ação**

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia e pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2021	Período de 21/10/2020 a 31/12/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(60.936)	(1.354)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	344.077	134.704
Lucro básico/diluído por ação	(0,18)	(0,01)

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial**Obrigações com benefícios pós-emprego**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a remensuração no montante de R\$ 235, através de avaliação realizada por atuários independentes, com os valores registrados em outros resultados abrangentes e as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****22 Resultado do período****(a) Receita**

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida a seguinte:

	2021	Período de 21/10/2020 a 31/12/2020
Operações		
Receita de serviços	194.245	
Receita de construção	146.818	4.032
	341.063	4.032
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(17.435)	
Abatimentos e cancelamentos	(5.755)	
	<u>317.873</u>	<u>4.032</u>

A receita líquida apresenta a seguinte composição:

	2021	Período de 21/10/2020 a 31/12/2020
Receita de serviços	171.055	
Receita de construção	146.818	4.032
	<u>317.873</u>	<u>4.032</u>

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(b) Despesa por natureza**

	Nota explicativa	2021	Período de 21/10/2020 a 31/12/2020
Classificado por natureza:			
Custo de construção		(143.882)	(3.951)
Pessoal			
Remunerações		(22.503)	
Encargos sociais e trabalhistas		(5.420)	
Benefícios		(4.854)	
		(32.777)	
Materiais		(95.657)	
Serviços			
Aluguéis e condomínios		(2.210)	
Energia elétrica		(2.584)	
Manutenções		(3.545)	
Auditorias, consultorias e assessorias		(2.383)	
Serviços pessoa física e jurídica		(7.850)	(136)
Outros		(1.535)	
		(20.107)	(136)
Tributos, taxas e contribuições		(879)	
Partes relacionadas	19	(16.692)	
Seguros		(1.077)	
Depreciação e amortização		(31.648)	
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		374	
Viagens		(591)	
Perdas de créditos esperadas		(1)	
Outras		(1.870)	
		(344.807)	(4.087)
Classificado por função:			
Custo dos serviços prestados e vendas		(301.626)	(3.951)
Gerais e administrativas		(43.117)	(136)
Outras despesas		(64)	
		(344.807)	(4.087)

O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(c) Resultado financeiro**

	Nota explicativa	2021	Período de 21/10/2020 a 31/12/2020
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		20.263	1.616
Outras		1.588	
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)		(1.025)	(75)
		<u>20.826</u>	<u>1.541</u>
Despesas financeiras			
Comissões bancárias		(2.495)	
Juros e variações monetárias		(39.183)	(2.724)
Amortização do custo de transação		(9.434)	(661)
Partes relacionadas	19	(30.964)	
Tributos sobre operações financeiras		(24)	(153)
Ajuste a valor presente		(1.013)	
Multa e juros por atraso de pagamento		(192)	
Outras		(2.389)	
		<u>(85.694)</u>	<u>(3.538)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(64.868)</u>	<u>(1.997)</u>

23 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2021	2020
Garantia de contrato	321.668	296.900
Responsabilidade civil	180.000	
Risco de engenharia	111.236	
Riscos operacionais	400.000	

Notas Explicativas**BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****24 Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa)**

Ativos de contrato e Intangível	2021
Total de adições dos ativos de contrato e intangível (Notas 11 e 13)	146.818
Transações de investimentos e financiamentos, que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa ou afetaram o caixa no exercício corrente e referem-se adições de exercícios anteriores:	
Juros capitalizados no exercício	(81.706)
Fornecedores	(7.660)
Outorga	1.394.896
Margem de construção do exercício	(2.936)
	<u>1.302.594</u>
Total das adições nos ativos de contrato e intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>1.449.412</u>
Ativos Imobilizado	2021
Total de imobilizado (Notas 10)	5.667
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	<u>(1.667)</u>
Total das adições no imobilizado conforme demonstração do fluxo de caixa	4.000
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o imobilizado, mas não envolveram caixa:	
Juros capitalizados no exercício	<u>(1.667)</u>
Total	<u>(1.667)</u>

25 Eventos subsequentes**(a) Aumento de capital**

Em 10 de janeiro de 2022, a acionista BRK Ambiental concluiu a integralização do saldo remanescente de capital subscrito e a integralizar aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de novembro de 2020 no montante de R\$ 21.499, em moeda corrente na Companhia.

Em 25 de abril de 2022, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 98.201 mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, com emissão de 157.328.209 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 0,62418 por ação.

Notas Explicativas

BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Em 27 de abril, 31 de maio, 2 de junho e 04 de julho de 2022, a controladora direta BRK Ambiental efetuou transações de AFAC no montante de R\$ 8.955, R\$ 120.000, R\$ 9.000 e R\$ 9.127, respectivamente, a serem capitalizados na próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
BRK Ambiental – Região Metropolitana de Maceió S.A.
Maceió - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Região Metropolitana de Maceió S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.1 (a) às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas exclusivamente para adequação aos requerimentos aplicáveis a companhias abertas em virtude de processo iniciado pela diretoria da Companhia para pedido de registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários, conforme detalhado na respectiva nota explicativa. Em 25 de março de 2022, emitimos nosso relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras foram alteradas de forma retrospectiva.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de encargos financeiros de debêntures relacionados à outorga de concessão

Os encargos financeiros das debêntures que foram captadas para efetuar o pagamento da outorga de concessão são capitalizados conforme o percentual da parcela da outorga relacionada à infraestrutura a ser construída, quando for provável que referida parcela da outorga resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia, conforme o CPC20 (R1) – Custos de Empréstimos. Conforme indicado na nota explicativa 13, o montante desses encargos financeiros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$83.372 mil. O cálculo do percentual da parcela da outorga relacionada à infraestrutura a ser construída e a avaliação dos respectivos benefícios econômicos futuros são suportados por estimativas de rentabilidade futura baseadas nas projeções preparadas pela Companhia e aprovadas em seus níveis de governança.

Devido à relevância dos valores dos encargos financeiros das debêntures que são capitalizados, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de crescimento das receitas no período de projeção poderiam gerar no cálculo relacionado à infraestrutura a ser construída, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação para auxílio nas análises sobre estimativas de rentabilidade futura, incluindo a verificação de exatidão matemática;
- Teste das informações financeiras projetadas utilizadas nas estimativas de rentabilidade futura;
- Comparação das premissas utilizadas com aquelas disponibilizadas publicamente pelo poder concedente no âmbito da licitação para prestação de serviços públicos de água e esgoto na Região Metropolitana de Maceió;
- Recálculo dos encargos financeiros capitalizados no exercício de 2021 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos encargos financeiros elegíveis a capitalização, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 13, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de julho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80

FERNANDO ARIANI MANGABEIRA ALBERNAZ, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 5.712.047, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 931.993.418-53, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, na qualidade de Diretor Presidente da BRK AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 39.580.673/0001-01 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Maceió, 06 de julho de 2022.

FERNANDO ARIANI MANGABEIRA ALBERNAZ
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80

OTÁVIO JUNQUEIRA AYRES DE SOUZA, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 6.354.407-50, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 646.911.365-68, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da BRK AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 39.580.673/0001-01 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Maceió, 06 de julho de 2022.

OTÁVIO JUNQUEIRA AYRES DE SOUZA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80

FERNANDO ARIANI MANGABEIRA ALBERNAZ, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 5.712.047, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 931.993.418-53, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, na qualidade de Diretor Presidente da BRK AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 39.580.673/0001-01 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Maceió, 06 de julho de 2022.

FERNANDO ARIANI MANGABEIRA ALBERNAZ
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80

OTÁVIO JUNQUEIRA AYRES DE SOUZA, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 6.354.407-50, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 646.911.365-68, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da BRK AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com endereço comercial na Avenida Fernandes Lima, 679, 1º andar, Shopping Cidade, Farol, CEP 57055-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 39.580.673/0001-01 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Maceió, 06 de julho de 2022.

OTÁVIO JUNQUEIRA AYRES DE SOUZA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores